

## CAPÍTULO 4

# Julgamento moral e julgamento religioso: aproximações e entrelaçamentos

*Juliane Cavalcante Nunes  
Leonardo Rodrigues Sampaio*

### 4.1 Introdução

Imagine que fosse dada a você a escolha entre salvar as vidas de dezenas de passageiros de um trem prestes a descarrilar ou a de uma criança que estava brincando e caiu nos trilhos... O que você escolheria? Diante de um dilema como esse, torna-se difícil produzir uma resposta simples, na qual não sejam considerados e avaliados diversos fatores que poderiam pesar mais ou menos numa decisão final. Ainda que possamos produzir respostas embasadas em diferentes argumentos morais, pode ser que nenhuma delas nos satisfaça completamente, já que nesta situação estariam envolvidos não apenas julgamentos, mas sentimentos, valores e crenças, além da própria possibilidade de ação moral em si. Ao longo deste capítulo serão discutidas as possíveis relações entre moralidade e o julgamento religioso e serão apresentadas evidências de um estudo com adultos, no qual foram empregados dilemas da vida real para investigação do pensamento moral.

De forma geral, se compreende que o pensamento moral é a racionalização de uma consciência moral, ou seja, uma forma de pensar sobre a justiça moral (Sousa,

2006), sendo algo interno e expresso geralmente em palavras, o que difere, por exemplo, de uma ação moral. Esta (a ação moral), por sua vez, pode ser definida como uma atitude ou comportamento tomado diante de uma situação dilemática, como a que foi apresentada anteriormente, que pode ser baseada ou não no pensamento moral.

Segundo o psicólogo americano Lawrence Kohlberg (1975) o julgamento moral evolui ao longo de três etapas, sendo cada uma delas composta por dois estágios, durante as quais ocorre uma progressiva complexificação dos raciocínios morais. A primeira etapa é chamada de *pré-convencional* e geralmente é observada em crianças, sendo composta pelos seguintes estágios: Estágio 1: fase de castigo e obediência, no qual a criança julga o ato como bom ou ruim a partir de sua consequência, não havendo uma reflexão sobre o porquê se deve ou não fazer aquela ação. Trata-se de um estágio em que toda ação é pautada no julgamento de autoridade máxima, sem questioná-la. Estágio 2: fase dos propósitos individualistas e instrumentais, ou seja, se sua atitude serve ao meu interesse e porventura ao de outrem, ela está correta. Nessa fase a autoridade pode passar a ser questionada.

Já a segunda etapa (*convencional*) geralmente é alcançada na adolescência ou fase adulta, sendo composta pelos próximos estágios: 3: estágio das expectativas mútuas, quando o indivíduo busca adequar seu comportamento àquilo que gera aprovação social, por isso também chamado de estágio do “bom/boa garoto (a)”. Estágio 4: marcado pela preocupação com a preservação do sistema social e em seguir as leis, para que o sistema se mantenha funcionando.

Por fim, a terceira etapa, denominada de *pós-convencional e de princípios*, em que se considera que as normas sociais podem ser violadas, caso elas ameacem ou firam os princípios morais. Geralmente é alcançada na fase adulta, ou na velhice, mas pode-se nunca chegar a se desenvolver (Kohlberg, 1981), sendo composta pelos seguintes estágios: 5: fase da reflexão sobre situações específicas que fogem ao controle da lei, apresentando ponderações que visam ao bem-estar social; Estágio 6: fase da autorreflexão e reflexão sobre a lei. A lei ainda é vista como algo abrangente, mas que não abarca todos os credos e culturas, sendo assim relativa e dependente de cada sociedade. É uma reflexão feita a partir de uma perspectiva transcultural, regida por princípios éticos universais de respeito ao outro.

Na tipologia de estágios kohlberguianos se prevê que as pessoas transitem entre esses níveis, avançando progressivamente em razão um para o próximo estágio, não havendo regressões (exemplo, do três para o dois) ou um salto de estágios (do um para o três). Ao avançar, o sujeito consegue entender o pensamento da estrutura anterior e se desestabiliza com um pensamento estruturalmente superior. Dessa maneira

ele se aprimora em cada estágio por meio de um processo contínuo de equilíbrio, durante o qual há uma tentativa de restabelecer o equilíbrio cognitivo, até que o indivíduo possa seguir para o próximo estágio (Kohlberg, 1975). Nessa perspectiva, o autor concentra o estudo do julgamento moral na sua estrutura e não em um conteúdo moral, ou seja, na justificativa e raciocínios empregados para construção da resposta ao dilema (Kohlberg & Hersh, 1977).

Existem diversos fatores que podem influenciar a transição de um estágio para o outro, sendo um deles o próprio momento histórico, o qual, segundo Rique *et al.* (2013), pode gerar no sujeito um sentimento de oposição ou concordância ao contexto político e social, e isso influencia a forma como o sujeito pensa moralmente, atrelado ao sentido de justiça. A cultura também pode influenciar o desenvolvimento do julgamento moral por meio dos seus rituais, costumes e sistemas de crenças (Lapsey & Carlo, 2014). Até mesmo a própria família pode ser influenciadora desse desenvolvimento, por meio de valores e práticas parentais (Knight & Carlo, 2012).

Além da família, a escola também é discutida por Kohlberg (1975) como importante contexto de socialização, capaz de promover o desenvolvimento moral, tendo em vista a variabilidade de pessoas em diferentes estágios do pensamento moral que interagem constantemente entre si. Essa diversidade de julgamentos aumenta a chance de que ocorram desequilíbrios cognitivos que produzirão a necessidade de reestruturação das estruturas de raciocínio, permitindo o surgimento de uma nova categoria de pensamento moral, mais avançada que a anterior, o que impulsiona o desenvolvimento da moralidade.

A religião funciona como agente promotor da socialização, tendo em vista o formato de comunidade que muitas delas assumem, por meio dos cultos conjuntos ou reuniões grupais, dos rituais de iniciação para os novos membros e até mesmo do vínculo formado entre os participantes. Além disso, as religiões guiam os indivíduos por intermédio de normas e preceitos, como por exemplo, o de harmonizar a convivência em sociedade, baseada no princípio de *amar o próximo como a si mesmo*. Ademais, as religiões se apoiam em ditames morais que podem ser observados em prescrições como, por exemplo, *não matar, não roubar, não adulterar*. Por isso é razoável supor que a construção da religiosidade estará inevitavelmente entrelaçada à construção do pensamento moral, podendo influenciar o modo de pensar, agir e de ver o mundo das pessoas, inclusive no que tange ao seu desenvolvimento moral (Amatuzzi, 2000).

A literatura discute a forma como estes domínios se relacionam, a partir de estudos como o de Neto (2008), que se propôs a verificar se havia relação entre religiosidade e orientação moral (processualista ou deontológica, e consequencialista

ou teleológica). Esse autor constatou uma relação positiva e fraca entre religiosidade e orientação moral processualista, que diz respeito a algo que é correto independentemente do contexto (similar ao que ocorre no estágio quatro de julgamento moral de Kohlberg, em que há uma preocupação apenas com o cumprimento das leis), além de uma relação negativa entre religiosidade e orientação consequencialista, que avalia um comportamento pelas suas consequências (semelhante ao estágio um do julgamento moral de Kohlberg). Há ainda estudos como o de Botvar (2005), que investigou a relação entre moralidade e religiosidade ao longo de diferentes gerações, com participantes de 18 a 79 anos, e verificou que os valores são pautados em esquemas de pensamento diferentes. Por exemplo, para os jovens as consequências das suas ações morais são o que mais importa no momento de decidirem entre o certo e o errado, já para os idosos, o que mais importa é a sua própria consciência.

Outro estudo que pode ser citado é o de Heiphetz *et al.* (2015), cuja produção de evidências apontam que adultos com alguma religião tendem a julgar os atos de personagens motivados por “deixar Deus feliz” como sendo melhores do que os atos de personagens motivados “por deixar a si mesmo felizes”. Por outro lado, adultos sem nenhuma religião classificam atos de personagens motivados por “deixar a si mesmo felizes” como melhores do que atos de personagens motivados por “deixar Deus feliz”.

Buscando compreender a religiosidade a partir de um enfoque desenvolvimentista e que possa abranger uma visão religiosa abrangente (não restrita a uma religião específica), será apresentada a seguir a teoria do julgamento religioso de Oser e Reich (1990a, 1990b). Esses autores propuseram o conceito de julgamento religioso como o modo pelo qual o indivíduo conhece, constrói e interpreta o seu relacionamento com Deus (ou deuses) que ele professa seguir (Camboim *et al.*, 2009). Em seus primeiros estudos, eles se questionaram se haveria ou não dependência entre estágio moral e desenvolvimento religioso, apontando para uma possível relação entre seu modelo teórico e o de Kohlberg.

A teoria de Oser e Reich (1990a; 1990b) contempla cinco estágios do desenvolvimento religioso, interdependentes entre si e que, assim como no julgamento moral, seriam organizados de forma hierárquica, de acordo com seu grau de complexidade, não havendo regressões entre os estágios. Em cada estágio, à medida em que a pessoa vai crescendo na sua fé, vai mudando a forma como compreende sua relação com Deus. O primeiro estágio é denominado de *Deus ex machina*, no qual a relação entre Deus e o homem é baseada em obediência à vontade desse ser supremo, de forma que o primeiro é visto como se submetendo passivamente à vontade do segundo. O segundo estágio, intitulado de *Do-ut-des* (dê para que você receba), apresenta esse Deus como sendo um ser influenciável por orações, oferendas e

cumprimento do código religioso. Desse modo, começa a aparecer a ideia de livre arbítrio, mas, ainda assim, Deus mantém o seu poderio por meio da possibilidade de testar a sua criatura. O terceiro estágio, chamado de *Deísmo*, caracteriza-se pelo aparecimento, agora por completo, da ideia do livre arbítrio, em que o Homem já tem o seu próprio campo de atuação, as suas decisões são completamente suas e o ser divino pode influenciar a sua vida no campo transcendental e/ou espiritual. O quarto estágio, denominado de *Correlação*, no qual a questão da liberdade é pensada em razão do ser supremo, o homem continua a escolher valendo-se de seu livre arbítrio, mas questiona a sua liberdade e se ela é, de fato, real, e então associa a liberdade à Deus. O quinto e último estágio se chama *Comunicação*, e se caracteriza por um entendimento religioso voltado para uma compreensão de que Deus está e não está presente, ao mesmo tempo, em todas as decisões tomadas. Assim, Ele está na medida em que o homem o permite estar. Agora pensando nisso, o homem se torna um ser mais social. Conforme a tipologia de desenvolvimento proposta por Oser e Reich (1990a; 1990b), os estágios de desenvolvimento religioso influenciam e até mudam a visão que o fiel tem do mundo em que vive, até mesmo no que diz respeito à questão do respeito às crenças do outro.

Face ao exposto, pode-se questionar como a religião pode influenciar o desenvolvimento do julgamento religioso ao longo daqueles estágios. Estudos como o de Jindra (2008) trazem luz a essa questão, demonstrando que há uma afinidade entre o julgamento religioso, suas transformações e a história de conversão da pessoa, e que religiões que tendem a ditar regras comportamentais rígidas ancorando-se em um código de conduta, como por exemplo os dez mandamentos bíblicos, tendem a favorecer a manutenção do julgamento religioso em níveis mais baixos de desenvolvimento. Ademais, pode-se observar que a visão de Deus e as experiências de vida também podem influenciar o julgamento religioso, de forma que pessoas convertidas à mesma religião apresentavam ritmos de desenvolvimento diferentes, logo outras variáveis além da própria religião estavam exercendo influência sobre o julgamento religioso.

No Brasil, estudos como o de Camboim (2013) buscaram avaliar a relação entre o julgamento moral e religioso em duzentos e noventa e três estudantes do ensino médio e superior, cujas idades variaram entre 16 e 25 anos. Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico, o *defining issues test* (DIT), um teste usado para avaliar o julgamento moral a partir da teoria de Kohlberg (Rest, 1999) e o teste do julgamento religioso (TJR), construído por Camboim (2013). Uma das hipóteses iniciais era de que o desenvolvimento moral era a base para o desenvolvimento religioso, porém os dados encontrados demonstraram que dos duzentos e noventa e três participantes, cento e vinte e três estavam em níveis correspondentes de julgamento

moral e religioso, enquanto 49 estavam num nível de desenvolvimento religioso significativamente maior do que o do julgamento moral.

Utilizando o estudo de Camboim (2013) como base, a pesquisa que este capítulo apresenta buscou aprofundar as investigações a respeito das relações entre o desenvolvimento moral e o religioso. Porém, optou-se por utilizar dilemas da vida real, ao invés do DIT, para a mensuração do nível de julgamento moral. Essa escolha foi embasada a partir das evidências produzidas na pesquisa de Galvão (2010), a qual indicou que dilemas próximos à realidade dos participantes conseguem avaliar melhor o nível de julgamento moral, comparativamente a dilemas hipotéticos, desvinculados de sua realidade. Mais especificamente, essa pesquisadora observou que, geralmente, os participantes obtêm escores mais baixos em dilemas da vida real do que em instrumentos compostos por respostas prontas para serem escolhidas, como no DIT, e uma das razões para que isso aconteça é que os dilemas reais aproximam o pensamento moral de uma possível ação moral, o que pode demandar um investimento maior para o respondente, comparativamente a uma situação hipotética na qual ele sabe que não terá que se implicar de verdade com suas escolhas. Outro benefício é que o uso de dilemas reais dão menos pistas ao participante sobre possíveis respostas esperadas (socialmente desejáveis), já que a justificativa apresentada e não a resposta em si tem maior importância para compreensão do julgamento moral emitido.

Face ao exposto, o presente estudo objetivou investigar a existência de relações entre o julgamento moral e o religioso, em um público de jovens adultos. Além disso, buscou-se verificar se os julgamentos moral e religioso estariam associados a variáveis como sexo, idade, nível de escolaridade, renda e tempo de conversão ao credo religioso.

## 4.2 Pesquisa

Participaram da pesquisa trinta voluntários com idades que variaram entre 18 e 40 anos. Destes, quinze se declararam religiosos (66,7% mulheres) e quinze não-religiosos (73,3% homens). Em relação à escolarização, dez de cada grupo eram graduandos e cinco de cada grupo haviam concluído o ensino superior. Por fim, 70% (n=21) dos participantes possuía renda abaixo de um salário-mínimo.

Os instrumentos utilizados para coletar os dados foram um questionário que buscou levantar dados sociodemográficos (sexo, idade, escolaridade e renda familiar), além de questões específicas para cada grupo: entre os religiosos, se questionou sobre o tempo de conversão, a frequência de prática da religião, a visão de Deus, se já pertenceu a outro grupo religioso e qual sua religião atual; já o grupo não religioso

respondeu se já havia pertencido a um grupo ou denominação religiosa anteriormente e há quanto tempo isso havia ocorrido.

O nível de desenvolvimento do julgamento moral foi avaliado por meio de dois dilemas criados a partir de fatos recentes e mobilizadores da opinião pública, à época em que o estudo foi desenvolvido. O primeiro dilema, que teve a finalidade de avaliar o direito a territorialidade, envolvia a questão da migração de pessoas venezuelanas para o Brasil, consistindo na seguinte descrição:

#### *Dilema 1*

*Desde 2015, há um fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, que chega à casa dos dez mil em 2018, por conta da grave crise econômica e social da Venezuela. Eles se abrigam em Roraima, para ficarem mais próximos de suas famílias. Alguns trabalham, mas a maioria não tem emprego fixo e passam a viver como pedintes ou em péssimas condições de sobrevivência. O número de favelas e subempregos tem crescido nessa região, resultando no aumento da criminalidade. Em cidades como a capital Boa Vista, os abrigos estão superlotados e as pessoas vivem em condições precárias de higiene e proteção, o uso de drogas tem sido frequente e os pequenos furtos também. Assim, o Brasil, que antes havia aceitado e aberto as suas fronteiras, está agora tentando lidar com os pedidos para reforçar as suas fronteiras. Após apresentação desse cenário, os participantes deveriam responder à pergunta e justificar, de forma oral, a sua escolha: Você acha que o Brasil, deveria adotar a política de fechar as fronteiras, ou deveria acolher todos os venezuelanos que precisassem?*

O segundo dilema foi construído com a mesma estrutura do primeiro, mas envolvendo o tema da violência cometida por adolescentes, a partir da seguinte descrição:

#### *Dilema 2*

*No dia 27 de maio de 2015, na cidade de Castelo, no Piauí, quatro garotas foram vítimas de um estupro coletivo, executado por cinco jovens que estavam sob o efeito de drogas. As garotas foram violentadas sexualmente durante duas horas e depois jogadas em um penhasco próximo ao local da violência. Para finalizar, os garotos ainda tentaram matá-las a pedradas. Um desses garotos era menor de idade e alguns dias depois de ter sido internado na Febem,<sup>1</sup> foi morto pelos seus companheiros na cela em que estava. Após ouvir essa narrativa, o participante tinha que responder à pergunta*

---

1 Não se usa mais Febem na atualidade, pois o nome mudou para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA/SP), anteriormente chamada Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem). À época do depoimento, ainda se usava Febem.



e justificar sua resposta, de forma oral: *Você acha que os companheiros de cela agiram de maneira correta?*

Para avaliar o julgamento religioso, foram utilizadas duas historietas do teste de julgamento religioso (TJR) (Oser & Reich, 1990a, 1990b), adaptados no Brasil por Camboim (2013). A primeira fala sobre cumprir promessas por meio da história de Paulo:

### *Dilema 3*

*Paulo, um jovem médico, formou-se recentemente e pediu a sua namorada em casamento. Antes do casamento, os seus pais lhe pagaram uma viagem para a Inglaterra como recompensa por ter terminado com sucesso a sua educação. Paulo, então, embarcou para a sua viagem. Pouco tempo depois da decolagem, o comandante da aeronave anunciou que um dos motores não estava funcionando bem e que o outro não apresentava confiança. O avião, então, começou a perder altitude. Os procedimentos de emergência foram iniciados imediatamente: as máscaras de oxigênio e os salva-vidas foram distribuídos. Num primeiro momento, os passageiros gritavam e choravam e em seguida houve um silêncio de morte. Enquanto o avião caía em direção ao solo com grande velocidade, a vida inteira de Paulo passou diante de seus olhos. Ele sabia que a morte estava próxima. Nessa situação, ele se lembrou de Deus e começou a rezar. Prometeu que se ele fosse salvo, dedicaria a sua vida a ajudar pessoas de países pobres e renunciaria ao casamento se sua noiva se recusasse a acompanhá-lo. Ele prometeu também abdicar de altos salários e a busca por status social. O avião, então, caiu em um campo aberto, mas, por um milagre, Paulo sobreviveu! Depois do seu retorno para casa, foi-lhe oferecida uma excelente posição numa clínica privada. Por sua qualificação, ele foi selecionado entre cerca de noventa candidatos. No entanto, Paulo se lembrou da sua promessa feita a Deus. Agora ele não sabe o que fazer. Paulo deveria manter a promessa?*

Já a segunda historieta tratava de uma situação envolvendo o tema da mudança de vida e da sorte:

### *Dilema 4*

*Uma mulher pobre, para se divertir, aposta um pouco de dinheiro e compra um bilhete de loteria. Ela não tem a mínima esperança de ganhar, pois os que acertam são um em um milhão. Contudo, ela ganhou o maior prêmio, recebendo uma quantia extraordinária. Para ela só existe uma explicação: não foi a sorte, mas a “mão de Deus” que fez isso acontecer. Seus filhos, no entanto, explicam esse evento se referindo à sorte e conversam com sua mãe sobre isso. Mas a mulher permanece com sua opinião*



*e não é convencida do contrário. Você acha que a mulher tem razão em acreditar que foi Deus quem a ajudou a ganhar na loteria?*

A partir das leituras de cada historietta foi solicitado que os participantes tomassem uma decisão sobre o que fazer e escolher, usando uma escala do tipo Likert com cinco graus (0 = nenhuma importância a 4 = máxima importância) para indicar quais justificativas apresentadas se enquadram mais na sua perspectiva de fé e religiosidade (dezoito itens para o dilema de Paulo e treze para o da mulher pobre). Ex.:

#### *Dilema 5*

*São as pessoas que constroem suas próprias vidas, mas existe uma providência divina que atua nelas, sem que muitas vezes percebam. Deus, quando nos criou, já havia escrito o que iríamos ser e o que iríamos ter. Ajudar o próximo deve ser um ato de amor e não de obrigação, revelando assim a manifestação de Deus em sua plenitude.* Após o cômputo dos escores obtidos, considerava-se que o estágio que contasse acima de 40% da soma total dos estágios seria classificado como o estágio de julgamento religioso em que a pessoa se encontra (Camboim, 2013).

As respostas aos dilemas da vida real foram analisadas qualitativamente por meio da escuta, transcrição e leitura das justificativas dos participantes, realizada por três juízes independentes. A categorização das respostas foi aceita quando havia concordância entre pelo menos dois juízes e, nos casos em que este índice não foi obtido, um quarto juiz foi requisitado a realizar a codificação. Os dados quantitativos foram analisados por meio do cálculo das frequências e médias das respostas, além da aplicação de testes inferenciais.

No que se refere aos resultados obtidos, a análise qualitativa dos dilemas reais demonstrou que as respostas dos participantes de ambos os grupos apresentaram uma concentração maior (66,7%;  $n = 20$ ), no primeiro dilema, na opção de que o Brasil deveria “continuar acolhendo” os imigrantes venezuelanos e no segundo dilema, na opção “Não” (86,7%;  $n = 26$ ), em resposta a se os companheiros de cela haviam agido de maneira correta em matar o menor que havia cometido o estupro. Quanto aos níveis de julgamento moral, observou-se que no dilema dos imigrantes, 40% ( $n = 12$ ) dos participantes emitiu respostas classificadas como pertencentes ao estágio cinco, enquanto no dilema do estupro coletivo, 56,7% ( $n = 17$ ) apresentou justificativas classificadas no estágio quatro da tipologia Kohlberguiana. Esses resultados vão na direção daqueles observados no estudo de Rique *et al.* (2013), no qual se discute que o pensamento atual dos jovens demonstra mais preocupação com a manutenção da ordem social (estágio quatro), o que pode estar atrelado ao

contexto político brasileiro atual, no qual o cumprimento da lei, das tradições e da ordem são exaltados como forma única de se avaliar uma questão moral. Esse tipo de pensamento pode ser preocupante, tendo em vista que existem questões que fogem ao controle da lei e que merecem ser vistas sob um aspecto mais holístico, levando em consideração o alicerce que constrói a vida em sociedade.

O fato de os participantes também terem apresentado respostas do estágio cinco, o qual envolve a manutenção do bem-estar social, pode indicar uma evolução desde o estudo de Rique *et al.* (2013), já que em 2013 o público jovem se concentrava no nível quatro. Uma das explicações pode ser que o contexto sociopolítico atual também esteja promovendo uma mobilidade de estágios, por meio do pensamento opositor gerado em alguns indivíduos quanto ao cenário atual.

Ao se analisar as justificativas em função de cada grupo, foi observado que no dilema um houve uma tendência de ambos os grupos apresentarem mais respostas do estágio cinco (religiosos = 33,3%; não religiosos = 46,7%). Porém, essa similaridade nos julgamentos morais muda de forma considerável no dilema dois, pois o grupo não religioso concentrou suas justificativas no estágio 4 (73,3%), enquanto o grupo religioso se dividiu entre os estágios quatro (40%) e 5 (26,7%) (Tabela 4.1). Ou seja, no grupo dos religiosos, além da preocupação com seguir as leis e se manter uma ordem social, houve uma preocupação com o bem-estar social, conseguindo pensar, na situação apresentada, sob uma ótica contextual. Um exemplo de resposta nesta direção foi: *Então... não acho que foi correto e acho que existem outras formas de entender a situação. Tem a história de vida dele, ninguém sabe a forma como foi construída a sua vida (. . .).*

Essa diferença entre os grupos pode estar ligada à aspectos afetivos, destacados pelas respostas de ambos os grupos nesse dilema, com afirmações ditas pelos participantes, tais como: *Acho que o que tem aqui já é muito pesado, “muito difícil responder isso aqui, muito pesada essa notícia.* Porém, é importante lembrar que o grupo religioso aparentava estar pautado na esperança de regeneração do sujeito, o que pode ter levado a uma equilibrção entre emoção e o pensamento moral, o que não aconteceu no grupo não religioso, em que apenas um participante havia pensado nessa possibilidade.

O fato de os religiosos no dilema dois terem levado em consideração a possibilidade da mudança de vida do indivíduo e de isso só ter sido observado em apenas um sujeito do grupo não religioso, pode estar relacionado à forma como a religião interfere na visão de mundo do sujeito. Essa resposta não foi específica de determinado grupo religioso, mas aparece nas respostas de participantes das diversas religiões incluídas no estudo. Esta interpretação corrobora com a visão de Amatuzzi (2000), o qual defende que a religião tem característica constituinte do sujeito, como algo

que interfere de maneira construtiva ou destrutiva no desenvolvimento do ser humano. Nesse caso, sugere-se que tenha interferido de maneira positiva no pensamento de como agir frente a outro ser humano que errou, pensando não apenas nos aspectos legais que envolvem esse erro, mas também nos aspectos humanitários.

Ainda é possível observar que existiram participantes em ambos os grupos que estavam em transição de estágios, ou seja, as suas respostas continham elementos de mais de um estágio. Isso também foi comentado no estudo de Kaplan *et al.* (2014), que vem apontando a possibilidade de os indivíduos exibirem respostas com elementos de mais de um estágio e, portanto, estarem em transição.

Ainda nas respostas dos sujeitos aos dilemas morais, pode-se notar que em sua maioria são coerentes com o que está sendo perguntado. Porém, alguns participantes fogem um pouco da justificativa, e divagam sobre assuntos que não se encaixam (ex: (. . .) *porque eles nunca vão se tornar brasileiros também, eles são venezuelanos, possuem uma pátria e tudo*(. . .) ou dão respostas curtas, que não justificam, de fato, a sua opinião, o que as tornam de difícil de serem analisadas (ex: (. . .) *eu não acho que tortura seja justiça. Eu não acho que violência se cura com mais violência, não acho que violência seja a resposta para nenhum tipo de erro, mesmo que tão grave quanto o que eles cometeram*. Desse modo, seria importante que futuramente se complementasse a pesquisa com perguntas que pudessem ajudar o sujeito a aprofundar o seu pensamento, o que implica em um trabalho de aperfeiçoamento dos procedimentos e instrumentos empregados no presente estudo.

Tabela 4.1 Estágios de desenvolvimento moral dos participantes, em função da escolaridade

	Graduandos		Nível superior completo	
	Dilema 1	Dilema 2	Dilema 1	Dilema 2
Estágio 2	15% (n=3)	15% (n=3)	0% (n=0)	10% (n=1)
Estágio 3	20% (n=4)	5% (n=1)	50% (n=5)	0% (n=0)
Estágio 4	20% (n=4)	55% (n=11)	10% (n=1)	60% (n=6)
Estágio 5	45% (n=9)	25% (n=5)	30% (n=3)	10% (n=1)
Transição	0,0% (n=0)	0% (n=0)	10% (n=1)	20% (n=2)
Total	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=10)	100% (n=10)

Fonte: os autores.

Ao se testar a existência de relações entre a escolaridade e o desenvolvimento moral, valendo-se do teste qui-quadrado de Pearson, não se obteve resultados que indicassem uma relação entre essas duas variáveis, contrariamente ao que foi observado em estudo anterior aqui no Brasil (Camboim, 2013). Acredita-se que isso tenha

ocorrido pelo fato de os participantes se encontrarem em níveis de escolaridade tão próximos entre si e com pouca variação (apenas com graduandos e graduados).

Em relação à escolaridade é interessante destacar que Camboim (2009, citada por Camboim, 2013) identificou que estudantes de nível técnico possuíam o julgamento moral mais baixo do que estudantes de universidades. Já no presente estudo, mesmo não havendo diferença significativa entre graduandos e graduados, no dilema um, dentre os graduandos, a maioria, 45% ( $n = 9$ ) se encontrava no estágio cinco de desenvolvimento moral e entre os com ensino superior completo, a maioria, 50% ( $n = 5$ ) se encontrava no estágio três. Portanto houve uma diferença de dois estágios entre os graduandos e os graduados, sendo que os primeiros estavam no estágio mais alto (nível cinco), enquanto os graduados estavam em maior número no estágio três (Tabela 4.1).

Esse tipo de dado vai de encontro ao que a literatura apresenta e a hipótese proposta para essa diferenciação é de que pode haver uma influência do curso dos graduandos no seu nível de pensamento moral. Mais especificamente, 70% ( $n=14$ ) dos estudantes eram do curso de psicologia, que é um curso que tende a ter discussões contínuas sobre diversos assuntos e tem a perspectiva de suscitar um novo olhar do sujeito sobre o mundo e estimular o desenvolvimento de um compromisso social do profissional da área. Desse modo, pode ser que a área de conhecimento do curso de graduação tenha influenciado as respostas dos participantes e assim o nível de desenvolvimento moral em que eles se encontravam, o que torna essa uma possível variável a ser mais bem controlada em futuros estudos.

No que se refere aos resultados envolvendo a religiosidade, constatou-se que dentre o grupo não religioso, apenas 13,3% ( $n = 2$ ) não possuíam uma religião anterior, na medida em que 86,7% ( $n = 13$ ) já haviam pertencido a religiões cristãs e 13,3% ( $n=2$ ) espíritas. O grupo religioso, por sua vez, foi bastante diverso no quesito religião, sendo que havia 53,3% ( $n = 8$ ) cristãos; 26,7% ( $n = 4$ ) espíritas; 13,3% ( $n = 2$ ) religiões de matriz africana; 6,7% ( $n = 1$ ) de pertencentes a crenças não denominacionais. Ainda assim, a maioria teve contato/se vinculou a uma religião cristã, corroborando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que aponta que a maioria (86,7%) dos brasileiros se denomina como cristãos.

Os resultados do TJR demonstram que o grupo religioso foi bastante homogêneo no que diz respeito ao desenvolvimento do julgamento religioso, uma vez que 93,3% ( $n = 14$ ) dos quinze participantes estavam no nível três de desenvolvimento religioso (compreendendo os estágios quatro e cinco, que são os mais altos da tipologia de Oser & Reich, 1990a) e apenas um estava no nível um (que compreende os estágios um e dois). Dessa forma, não foi possível testar a existência de relações entre as duas

principais variáveis dependentes desta pesquisa, tendo em vista a impossibilidade de comparar o julgamento religioso a qualquer outra variável, por conta da homogeneidade nos seus níveis de desenvolvimento. Assim, os aspectos que serão discutidos a seguir foram os que puderam ser observados em relação aos outros dados obtidos.

Conforme descrito acima, de forma geral, os participantes religiosos apresentaram níveis elevados de julgamento moral, o que possibilita um diálogo com os resultados do estudo de Jindra (2008). Essa autora afirma que religiões que ditam regras comportamentais e têm preceitos mais rígidos tendem a ter pessoas com nível de desenvolvimento religioso mais baixo do que as que são mais flexíveis (que não apresentam um código específico de conduta, mas apenas uma filosofia). Dessa maneira, pode-se observar que não houve essa distinção no presente estudo, ainda que se tenha contado com uma diversidade religiosa. Sendo a religião cristã comumente vista como uma religião mais rígida, era de se esperar que os cristãos pontuassem menos no julgamento religioso em relação às outras religiões, o que não aconteceu. É possível notar que o nível religioso em que os voluntários se encontram está associado a uma compreensão de que Deus não é um ser punitivo e vingativo, mas que existem consequências para seus atos; que existe algum grau de liberdade dada por Deus aos homens e que esse só interfere na vida de um indivíduo na medida em que ele o permite.

Ainda no grupo religioso, não se observou relação significativa entre os níveis de julgamento religioso e qualquer outra variável. Além disso, o teste de Kruskal-Wallis indicou que não houve relações significativas entre as variáveis tempo e frequência de prática religiosa e os níveis de julgamento moral e de julgamento religioso (todos os  $p > 0,05$ ).

No grupo religioso, as respostas sobre a visão de Deus se dividiram em duas categorias: a primeira com 53,3% ( $n=8$ ) dos participantes fala de um ser relacional, com respostas como *Senhor e Salvador da minha vida*, enquanto a segunda categoria (46,7%,  $n=7$ ) expõe ideias de um Deus poderoso, mas externo (ex: *criador do mundo*). Porém essa questão não refletiu o estágio de desenvolvimento religioso, como era esperado, já que, mesmo havendo duas categorias distintas em relação a essa visão, uma sendo relacional e a outra sendo menos pessoal, não houve diferença nos resultados do TJR. Desse modo, talvez fosse interessante que os participantes tivessem falado sobre sua visão de Deus, ao invés de terem que escrever de forma tão resumida, pois essa escrita resumida pode ter influenciado no fato das respostas terem se concentrado nessas duas categorias. Sendo assim, para estudos futuros pode-se levar em consideração a modificação dessa pergunta no questionário.

### 4.3 Diálogo

Inicialmente, destaca-se que houve dificuldades em encontrar estudos atuais com essa temática, utilizando-se da teoria de Kohlberg (1975) e de Oser e Reich (1990a, 1990b), o que pode caracterizar a importância de trabalhos como o presente, com a finalidade de explorar essas teorias e seus desdobramentos. Dessa forma, entende-se que essa área está aberta à investigação e ainda continua tendo o seu espaço diante das novas descobertas que complementam as ideias dessas teorias (Kaplan *et al.*, 2014).

Considera-se como uma de suas limitações o número reduzido de participantes, o que pode ter dificultado o estudo de variáveis relacionadas à religiosidade. O fato de não terem sido feitas perguntas que ajudassem os participantes a especificar melhor suas respostas também pode ter interferido nos resultados. Poderiam, ainda, ter sido utilizados mais dilemas reais, com temáticas diferentes e até mesmo regionais, o que possibilitaria o estudo ser feito em várias regiões do Brasil, para que se pudesse ter uma ideia geral sobre o julgamento moral e religioso dos brasileiros. O TJR poderia ter sido aplicado ao grupo não religioso, para tentar entender como a religião praticada anteriormente ou pelos pais deles poderia influenciar aqueles indivíduos. Essas limitações constituem, portanto, pontos de aperfeiçoamento que podem ser melhor investigados em pesquisas futuras.

Apesar destas limitações, avalia-se que o presente trabalho traz algumas contribuições para o campo de estudos da moralidade, principalmente no que se refere ao uso de dilemas da vida real e à associação desse campo com o estudo da religiosidade. O julgamento moral e o religioso são discutidos na literatura como estando em uma relação de influência mútua (Neto, 2008; Botvar, 2005; Heiphetz *et al.*, 2015; Camboim, 2009). Desse modo, considera-se que o presente estudo avança ao propor uma investigação empírica desses dois domínios, a partir de uma metodologia que emprega situações mais próximas à realidade dos participantes. Esse tipo de abordagem pode contribuir com o campo de estudos da moralidade, ao buscar aproximar o estudo do pensamento moral à ação moral, por meio da utilização dos dilemas reais.

É importante ressaltar que, embora o presente estudo não tenha encontrado associação entre as duas variáveis (julgamento moral e julgamento religioso), ele contribui de forma teórica para expandir essa área para novas investigações, tendo em vista que o entendimento da influência da religião no pensamento do sujeito não se limita apenas ao campo religioso. Conforme discutido inicialmente, deve-se reconhecer a religião como influenciadora estruturante de uma sociedade, considerando os valores morais e éticos intrínsecos dela, estando presente em valores facultados pela família e até mesmo por escolas. Todavia, ainda são incipientes os

trabalhos nos quais se buscou testar de forma empírica as associações entre esses dois campos, especialmente a partir de uma perspectiva desenvolvimentista e psicogenética do desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

- Amatuzzi, M. M. (2000). O desenvolvimento religioso: uma hipótese psicológica. *Rev. Estudos de Psicologia*, 17(1), 15-30.
- Botvar, P. K. (2005). The moral thinking of three generations in Scandinavia: what role does religion play? *Rev. Social Compass*, 52(2) 185-195.
- Camboim, A. L. A. L., Rique, J. & Andrade, M. W. L. (2009). Julgamento religioso: a relação das pessoas com Deus. *Anais do II encontro nacional do GT história das religiões e das religiosidades – ANPUH*.
- Camboim, A. L. A. L. (2013). *Desenvolvimento moral e religioso: estudo correlacional e validação de instrumento* [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
- Cres, M. R., Abdala, G. A., Meira, M. D. D., Teixeira, C. A., Ninahuaman, M. F. M. L. & Morais, M. C. L. (2015). Religiosidade e estilo de vida de uma população adulta. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 28(2), 240-250. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40843425013.pdf>
- Galvão, L. K. S. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais* [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
- Heiphetz, L., Spelke, E. S. & Young, L. L. (2015). In the name of God: how children and adults judge agents who act for religious versus secular reasons. *Cognition*, 144, 134-149.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. *Agência IBGE Notícias*.
- Jindra, I. W. (2008). Religious stage development among converts to different religious groups. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 18(3) 195-215.
- Knight, G. P., & Carlo, G. (2012). Prosocial development Among Mexican American youth. *Child Development Perspectives*, 6(3), 258-263.
- Kaplan, U., Crocket, C. E. & Tivnan, T. (2014). Moral motivation of college students through multiple developmental structures: evidence of intrapersonal variability in a complex dynamic system. *Motivation and Emotion*, 38(3), 336-352.
- Kohlberg, L. (1975). Moral education for a society in moral transition. *Educational Leadership*, 46-54.
- Kohlberg, L. (1981). Las seis etapas del juicio moral. In L. Kohlberg, *La educacion moral*



- segun Lawrence Kohlberg (L. Fariás, Trad.). Escuela de estudios políticos y administrativos: Universidad Central de Venezuela. pp. 113- 117.
- Kohlberg, L., Hersh, H. R. (1977). Moral development: a review of the theory. *Theory Into Practice*, 16(2) 53-59.
- Lapsley, D. & Carlo, G. (2014). Moral development at the crossroads: new trends and possible futures. *Developmental Psychology*, 50(1) 1-7.
- Neto, M, E, V. (2008). *Relação entre religiosidade e orientação moral de homens e mulheres* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa.
- Oser, F., Reich, H. (1990a). Moral judgment, religious judgment, world view and logical thought: a review of their relationship part one. *British Journal of Religious Education*, 12(2) 94-101.
- Oser, F.; Reich, H. (1990b). Moral judgment, religious judgment, world view and logical thought: a review of their relationship part two. *British Journal of Religious Education*, 12(3) 172-181.
- Rest, J., Narvaez, D., Bebeau, M. J. & Thoma, S. J. (1999). *Postconventional moral thinking: a neo-kohlbergian approach*. Lawrence Erlbaum.
- Rique, J., dos Santos Camino, C. P., de Lucena Moreira, P., & de Abreu, E. L. (2013). Julgamento moral de jovens em diferentes contextos políticos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(2), 243-257.
- Sousa, P. M. L. (2006). Desenvolvimento moral na adolescência. *Psicologia. Portal dos Psicólogos*, p.1-21. Recuperado de: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0296.pdf>